

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ – CCCO
CURSO INTERDISCIPLINAR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS,
HISTÓRIA

LEONARDO MORAES SILVA

SEXUALIDADES NA EUROPA CRISTÃ ENTRE OS SÉCULOS XII AO XV

CODÓ-MA

2025

LEONARDO MORAES SILVA

SEXUALIDADES NA EUROPA CRISTÃ ENTRE OS SÉCULOS XII AO XV

Monografia apresentada à Coordenação do Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas / História, Centro de Ciências de Codó, Universidade Federal do Maranhão – CCCO / UFMA, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas / História.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes

CODÓ-MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Leonardo Moraes.
SEXUALIDADES NA EUROPA CRISTÃ ENTRE OS SÉCULOS XII AO XV/
Leonardo Moraes Silva.
- 2025.
44 f.

Orientador(a): Jonas Rodrigues de Moraes.
Curso de Ciências Humanas - História,
Universidade Federal do Maranhão, Codó-Ma,
2025.

1. Sexualidade. 2. Casamentos e Adultérios. 3.
Homossexualidade. 4. Europa Cristã I. Rodrigues
de Moraes, Jonas. II. Título.

LEONARDO MORAES SILVA

SEXUALIDADES NA EUROPA CRISTÃ ENTRE OS SÉCULOS XII AO XV

Monografia apresentada à Coordenação do Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas / História, Centro de Ciências de Codó, Universidade Federal do Maranhão – CCCO / UFMA, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas / História.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes
(Orientador, UFMA – Codó)

Prof^o. Dr. Dilmar Kistemacher
(2^o Membro, UFMA – Codó)

Prof^a. Dr^a Liliane Faria Correa Pinto
(3^o Membro, UFMA – Codó)

AGRADECIMENTO

Deus, a primeira palavra desses agradecimentos não poderia ser outra, graças às suas obras milagrosas, por fazer coisas magníficas na minha vida, agindo sempre conforme seu tempo e roteiro, isso faz com que as coisas aconteçam de forma especial para mim, obrigado senhor!

Agradeço a minha mãe Leila Soares Moraes e ao meu pai Manoel Aguiar Silva, que sempre me apoiaram, me ajudando da maneira que podiam.

A minha filha, Clarice Maria Ribeiro Silva, de apenas oito anos, que é sinônimo de felicidade, de alegria, de Inteligência, educação e motivo de meu orgulho, tenho certeza que se orgulha do “papai” nesse momento,

Aos meus sete irmãos, Conceição, Leiliane, Marcos, Regiane, Rael, Luana e Leilane, por acreditarem desde o princípio no meu potencial.

Agradeço ao meu orientador Dr. Jonas Rodrigues de Moraes por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, um ser humano incrível que sempre está à disposição para ajudar o outro, tens meu respeito e admiração.

Também agradeço aos meus grandes amigos, Samuel Oliveira, Eduarda Vieira, David Wilson e Letícia Bezerra, por estarem sempre comigo, desde o carro que nos levava para a UFMA todas as noites, desde os grupos de trabalho e agora pra vida.

Aos meus queridos professores pelas informações e orientações imprescindíveis dos quais recebi, Professor Alex Lima, Alexandre Cardoso e o saudoso Professor Domingos Mendes, aos quais tenho muito respeito e admiração.

A minha namorada e companheira, Alice Evellyn, por se fazer presente nos momentos mais difíceis dessa jornada, me apoiando nos meus sonhos e conquistas.

E a todos que acreditam no meu potencial, torcem pelo meu sucesso e vibram com minhas vitórias.

Obrigado!

DEDICATÓRIA

A Deus,
Jesus Cristo,
Minha Filha Clarice,
Mãe e meu Pai.
Amores infinitos.

EPIGRAFE

“Estamos muito longe de haver constituído um discurso unitário e regular da sexualidade; talvez não cheguemos nunca a isso e, quem sabe, não estejamos indo nessa direção. Pouco importa.” (FOUCAULT, 2009, p.67)

RESUMO

O artigo busca analisar as práticas de sexualidade, casamentos, adultérios e homossexualidade na Europa cristã entre os séculos XII e XV, com ênfase na atuação da Igreja Católica no controle dessas manifestações sociais e individuais. O estudo explora como a Igreja influenciava profundamente as práticas sexuais, o conceito de casamento e as práticas de penitência, além de refletir sobre a visão da Igreja em relação à homossexualidade, considerada pecado e frequentemente punida com a pena de morte, e a condenação da bestialidade. A pesquisa também investiga como os casamentos e o adultério eram vistos na sociedade medieval, considerando as normas religiosas e sociais do período. Além disso, o artigo analisa a influência dos hábitos culturais, dos costumes e da orientação sexual dos indivíduos, destacando o papel crucial da Igreja na formação desses comportamentos. A reflexão sobre a bestialidade e suas manifestações na época é outro ponto relevante do estudo, que procura entender as práticas sexuais e o controle social imposto pela Igreja Católica. A pesquisa é fundamentada nas obras de autores como Foucault, Duby, Richards e outros, oferecendo uma compreensão mais profunda do contexto histórico e religioso da Europa medieval.

Palavras chave: Sexualidade. Casamentos e Adultérios. Homossexualidade. Europa Cristã.

ABSTRACT

The article aims to analyze the practices of sexuality, marriages, adultery, and homosexuality in Christian Europe between the 12th and 15th centuries, with a focus on the role of the Catholic Church in controlling these social and individual manifestations. The study explores how the Church profoundly influenced sexual practices, the concept of marriage, and penitential practices, as well as reflecting on the Church's view of homosexuality, considered a sin and often punished by death, and the condemnation of bestiality. The research also investigates how marriages and adultery were perceived in medieval society, considering the religious and social norms of the period. Additionally, the article analyzes the influence of cultural habits, customs, and the sexual orientation of individuals, highlighting the Church's crucial role in shaping these behaviors. The reflection on bestiality and its manifestations at the time is another significant point of the study, which seeks to understand sexual practices and the social control imposed by the Catholic Church. The research is based on the works of authors such as Foucault, Duby, Richards, and others, providing a deeper understanding of the historical and religious context of medieval Europe.

Keywords: Sexuality. Marriage and Adultery. Homosexuality. Christian Europe.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – AS PRÁTICAS SEXUAIS E PENITÊNCIA.....	12
1.1 Igreja Católica: controle das “manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos”.....	12
1.2 Igreja Católica: exercício e controle da sexualidade sobre a comunidade cristã Europeia.....	16
1.3 Manutenção da ordem social e moral estabelecida pela Igreja Católica.....	19
CAPÍTULO II – CASAMENTOS E ADULTÉRIOS NA EUROPA CRISTÃ MEDIEVAL.....	22
2.1 Casamentos: “todos estavam centrados nas relações matrimoniais”.....	22
2.2 Adultério e sexo fora do casamento: práticas consideradas pecados.....	27
2.3 Prostituição no período medieval.....	31
CAPÍTULO III – ZOOFILIA NA IDADE MÉDIA.....	36
3.1 Reflexões sobre a homossexualidade na Idade Média.....	36
3.2 A zoofilia na Idade Média.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	43

INTRODUÇÃO

As relações sexuais têm uma significativa importância para a humanidade, pois se trata do mecanismo primordial da reprodução da raça humana e de sua manutenção. A discussão sobre a sexualidade está presente em várias épocas, culturas, e na atualidade. Em certos momentos já foi tratada abertamente e outras, reduzida à vida privada dos casais. Atualmente a discussão superou diversos tabus e já não é tão restrita, sendo abordada abertamente na maioria dos casos.

Deste modo, compreender a História da sexualidade torna-se importante para entendermos a formação de nossa cultura. Uma organização de uma sociedade perpassa pela discussão das relações de gêneros e sociais, dessa forma, é fundamental saber como se dava tais práticas sexuais não só na Europa, mas em todas as civilizações ocidentais. As discussões que envolvem a sexualidade de homens e mulheres possibilitam viajar em um mundo de descobertas, curiosidades, conhecimento e aprendizado. Como recorte de lugar e tempo sugerimos os países: França e Inglaterra entre os séculos XII ao XV.

Essas reflexões provocadas por meio dessa temática levam a alguns questionamentos, por exemplo: como se davam as práticas de sexualidade entre os séculos XII ao XV? Que tipo de comportamentos eram aceitos na sociedade da Europa Ocidental entre os séculos XII ao XV? Qual a influência exercida pela igreja nos comportamentos de sexualidade?

Entendemos que a forma como a nossa sociedade lida com o sexo, de forma mais aberta que outras épocas, é interessante compreender esse tema em outros contextos e observar a importância dele em cada espaço e tempo. Dessa forma, investigaremos como ao longo da história como se davam as práticas sexuais na Europa Ocidental, especialmente na França e Inglaterra entre os séculos XII ao XV.

As reflexões sobre esses momentos históricos ajudam a entender e analisar a sexualidade na sociedade europeia durante o referido período. Essas discussões favorecem uma nova visão em relação ao sexo e sexualidade, ou seja, se discute hoje dentro de outros parâmetros ou se houve mudanças e permanências no modo de vivenciar o sexo.

Concluimos que a sexualidade é uma temática inesgotável de conhecimentos. Do ponto de vista sociocultural, em cada época emergem novos conceitos relacionados a esse tema e as formas de afetos. Existem vários estudos sobre as práticas sexuais na Idade Média, e em outros momentos da história humana. Com efeito, esse estudo não pretende esgotar a temática, mas sim auxiliar em outros trabalhos que virão.

Este trabalho monográfico foi baseado em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, na qual a principal obra encontrada para nortear a pesquisa foi o livro “Sexo, desvio e danação - as minorias da Idade Média” cujo o título original é “Sex, Dissidence and Damnation - Minority group in the Middle Ages” de Jeffrey Richards (1993).

A referida obra está dividida em oito capítulos: o primeiro, “O contexto medieval”. O segundo “Sexo na Idade Média”, seguidos de “Hereges”, “Bruxos”, “Prostitutas”, “Homossexuais” e “Leprosos”. Com efeito, encontramos outras produções publicadas no Brasil que serviram como referenciais teóricos para a escrita deste trabalho. Nesse sentido, salientamos também que as obras dos medievalistas da história da Europa, como George Duby (1919-1996), Le Goff (1924-2014) ou Michellet constituíram em autores fundamentais desse texto monográfico.

O interesse por essa pesquisa também se deve em parte a grande quantidade de mitos divulgados na internet acerca de como seriam as práticas sexuais, os tabus e os ritos do sexo, entretanto, a ausência de uma referência bibliográfica ou de documentos que comprovassem essas informações veiculadas serviu de incentivo para buscar informações de como a historiografia relata os rituais do sexo, entretanto, nos deparamos muito mais com uma análise do significado das práticas sexuais, suas restrições e punições do que de fato informações sobre os rituais. Sendo assim, nosso trabalho precisou ser remodelado conforme as fontes permitiam que fosse construído.

Dessa maneira, esse estudo está focado nos seguintes objetivos: entender como se desenvolviam as práticas sexuais e de penitência, bem como o papel da Igreja Católica no controle das relações afetivas e pessoais da vida dos indivíduos; explorar, por meio de referências bibliográficas, como eram vivenciados os matrimônios e os casos de adultério na sociedade medieval; e analisar a homossexualidade e a bestialidade na Europa cristã entre os séculos XII e XV.

Essa pesquisa monográfica está dividida em três capítulos: o capítulo I – “As práticas sexuais e penitência” em que procuramos entender como a Igreja Católica controlava as “manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos” e se realmente havia uma norma prescritiva da igreja ou se sua influência realmente chegava a intervir na vida íntima dos casais; o capítulo II – tratamos dos casamentos e adultérios na Europa cristã medieval; no capítulo III – refletimos sobre a zoofilia na Europa cristã entre os séculos XII ao XV.

CAPÍTULO I – AS PRÁTICAS SEXUAIS E PENITÊNCIA

Neste capítulo, pretendemos trabalhar acerca das práticas sexuais e as penitências. É importante questionar o discurso da sexualidade, como sexo ocorria entre as pessoas, em uma sociedade controlada, vigiada e condenada o tempo todo pela Igreja. Quando o sexo ocorria de forma desregrada, fugindo do permitido pela Igreja Católica, para tais desvios eram aplicadas punições severas e pontuais aos fornicadores. Entre várias reflexões discutidas no referido capítulo buscamos conhecer os controles da vida íntima dos indivíduos praticados pela Igreja Católica.

1.1 Igreja Católica: controle das “manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos”

Segundo Richards (1993), a partir do momento que o sexo é encarado como pecado, surge uma série de manuais de regulamentação das pessoas na Idade Média e conseqüentemente castigos aos sabotadores da fé cristã. Aqueles que ousavam violar a moral cristã, uma vez que o sexo foi reduzido ao casamento, eram castigados e as penitências eram variadas: abstinência sexual, orações excessivas e jejuns de água e pão.

Para compreender essas práticas de costumes¹, hábitos culturais e de orientação sexual é necessário recorrer teoricamente à obra “O Nascimento da Idade Média” de Hilário Franco Júnior que afirma que parte da sociedade europeia do século XV vivenciava hábitos e costumes impostos pela Igreja Católica. O cristianismo na época atingiu uma efervescência religiosa determinante na sociedade, no sentido de que exercia enorme influência no comportamento da sociedade, influencia que chegava até mesmo as relações sexuais.

As tentativas de controle do corpo pela igreja estavam sempre em alta na Idade Média, nela é possível perceber . O corpo era objeto de pecado, guardava descontrole, passava insegurança, algo difícil de ser controlado sem a participação efetiva da santidade, a tal ponto, que de acordo com Le Goff e Truong (2006) no início do período medieval o corpo foi taxado como abominável pelo Papa Gregório “o grande” que qualificava essa parte humana como

¹ Para pensar a ideia de “costume” é necessário recorrer às reflexões do historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993) que em sua obra “Costumes em comum” trata o costume como uma noção teórica de perceber que as práticas culturais populares se apresentam de maneira dinâmica e dotada de autonomia porque impõe os seus costumes na perspectiva de colocar em xeque as leis formais. Assim, vale destacar que essa produção histórica representa uma grande contribuição historiográfica porque evidencia o valor cultural na prática dos agentes históricos (THOMPSON, 1998).

“abominável vestimenta da alma”. No contexto, se encaixa a ótica da igreja de que o corpo tinha finalidade dualista, procriar e trabalhar.

A evidência de que o corpo foi castigado por Deus, mora no mito edênico, Adão e Eva expulsos do paraíso, tendo que esconder a nudez do corpo, e condicionados ao sofrimento físico: o homem ao trabalho e a mulher a dor da gestação. Dessas consequências corporais do pecado original, a Idade Média tirou conclusões extremas, Le Goff e Truong (2006). O corpo era uma fraqueza, sujeito a tentação dos prazeres, portanto era necessário puni-lo.

As penitências em questão variavam na severidade, mas eram todas baseadas na ideia de jejum a pão e água, e de abstinência sexual por um determinado número de dias consecutivos conforme as regras eclesiásticas. Quando era dada uma penitência era estabelecido um certo número de número de anos, como jejuns anuais do Natal, Páscoa, Pentecostes e nas quartas, sexta-feiras e sábados de todas as semanas. (RICHARDS, 1993).

O estudo das práticas sexuais é uma inovação da historiografia. Abordar esse tema é falar das atribuições físicas, psicológicas de homem e mulher, ou seja, é falar do corpo e da mente, que antes da escola dos Annales não era explorado pela História, ou pelo menos pela grande maioria dos historiadores que seguiam uma corrente positivista que falava apenas dos grandes heróis e dos grandes acontecimentos, se negava a enxergar o homem enquanto indivíduo. A reformulação sofrida pela História a partir do surgimento dos Annales, a interdisciplinaridade, ou seja, a ligação da História com as outras disciplinas, com outros ramos da ciência, fizeram com que surgissem novas possibilidades de se fazer pesquisa, como afirma Le Goff e Truong (2006).

Dando espaço à "longa duração" e à sensibilidade, à vida material e espiritual, o movimento da história chamado de "Annales" quis promover uma história dos homens, uma história total, uma história global. Pois, se a história foi frequentemente escrita do ponto de vista dos vencedores, como dizia Walter Benjamin, também - denunciava Marc Bloch - foi por muito tempo despojada de seu corpo, de sua carne, de suas vísceras, de suas alegrias e desgraças. Seria preciso, portanto, dar corpo à história. E dar uma história ao corpo. (Le Goff; Truong, 2006, p.10)

Le Goff e Truong (2006) afirmam que a negação do corpo também é vista por alguns historiadores como contraditória, uma vez que o corpo foi fundamental nas narrativas cristãs, e sendo crucial para o destino da humanidade segundo essa fé. Dessa forma podemos ver que algumas interpretações sobre o corpo divergem, entre um objeto de pecado e um instrumento para alcançar a salvação, uma vez que Cristo teria se utilizado de um corpo para dá os

ensinamentos aos fiéis e também era como os pecadores encontrariam e receberiam seu castigo, como demonstrado abaixo.

O corpo é glorificado no cristianismo medieval. O acontecimento capital da história - a encarnação de Jesus - foi o resgate da humanidade pelo gesto salvador de Deus, do filho de Deus, tomando um corpo de homem. E Jesus, Deus encarnado, venceu a morte: a ressurreição de Cristo funda o dogma cristão da ressurreição dos corpos, crenças desconhecidas no mundo das religiões. No além, homens e mulheres encontraram um corpo, para sofrer no inferno, para, graças a um corpo glorioso, usufruir licitamente do Paraíso, onde os cinco sentidos estarão em festa: a visão na plenitude da vista de Deus e da luz celeste, o olfato no perfume das flores, a audição na música dos coros angelicais, o paladar no sabor dos alimentos celestes e o tato no contato com o ar precioso do céu encarnado, venceu a morte: a ressurreição de Cristo funda o dogma cristão da ressurreição dos corpos, crença desconhecida no mundo das religiões. (LE GOFF; TRUONG, 2006, p.10)

Segundo Richard (1993), alguns historiadores defendem que a criação do termo “céu e inferno” surgiu na Idade Média. Na Grécia, por exemplo, não se tem relatos desses dois extremos. Pela dimensão do controle que a igreja derramou em cima dos fiéis nessa época, podemos concluir que sim, os termos foram criados para estabelecer parâmetros de convivência na sociedade civilizada. O medo entrava na mente das pessoas do período medieval, inclusive estigmatizada pejorativamente como “Idade das Trevas” pelos iluministas, como um período sombrio. Mas de fato, a Idade Média foi marcada por episódios tenebrosos, como as pandemias, as mortes e a violência das guerras, sendo assim, se apoiar na imagem de um ser salvador, em que outrora salvou a humanidade e estava prestes a retornar, alimentava o imaginário nesse período assustador.

De acordo com Richard (1993), a quantidade de morte também trazia à tona uma postura da igreja, que sempre viu o sexo como um meio de reprodução, pessoas morrem e as outras precisam vir ao mundo. Nesse caso, o sexo tinha o papel de reproduzir como diz na bíblia no versículo 9:7 multiplicai-vos, povoai e dominai a terra, era esse o papel da humanidade para Cristo, como afirmar a bíblia cristã.

A fim de combater aquilo que a igreja católica atribuía como prática sexual ilícita, havia formas de distrações. Na concepção de Richard (1993,) às práticas sexuais ocorriam de duas formas, sobre o controle da igreja por meio do casamento e fora dele, como distração aos desejos inquietantes da mente. E era esses impulsos que a igreja dedicou a controlar cada vez mais com rigor, um desejo difícil de lidar, que levava as pessoas ao desespero, perto de um ataque histérico, onde, na maioria esmagadora dos casos, direcionava as pessoas a procurarem ocupar a mente com outras atividades, como ir a igreja para as mulheres e o trabalho para os homens, e em ambos os casos a recomendação era uma dedicação intensa às orações.

Para Richards (1993), O Concílio Lateranense datado de 1214, trouxe mudanças mais rigorosas para diferentes setores da igreja e da sociedade, e que influenciaram séculos seguintes da Idade Média. Sem dúvidas, a mais importante destas mudanças foi o estabelecimento da confissão, seguida da punição em público e o celibatarismo. É importante destacar que a confissão revolucionou a forma de controlar a vida das pessoas e, principalmente, a vida sexual.

Em 1215, com uma das formas de exercer os controles e alinhar os objetivos da Igreja, houve o Concílio Lateranense tornou obrigatório a confissão para todos os cristãos, e isso, somado ao trabalho extensivo de comentário que vinha das universidades, acertou numa nova safra de manuais para confessores, as *Summae Confessorum*, que colocavam ao alcance do padre comum, de forma acessível e abrangente, um compêndio enciclopédico de leis e ensinamentos da Igreja sobre todas as questões morais. As *Summae* listava e discutia pecados e os métodos de lidar com eles, em seguida especificava as perguntas a serem feitas, e, portanto, forneciam um código moral coerente e aplicável para a sociedade, mas eles eram fortemente influenciados pelos penitenciais anteriores, especialmente quanto às questões sexuais. (RICHARDS, 1993, pág.39).

Os códigos penitenciais eram inspirados nas confissões ouvidas pelos padres nos confessionários, feitas pela pessoa que certamente comentou um pecado e teve consciência disso, porém, se tratava de algo novo até para os teólogos, que a partir desse momento, transformavam em código penitencial seguido de sua penitência.

Algo extremamente relevante e de preocupação dos clérigos era que a criação e a divulgação de novos códigos pudessem funcionar como sugestão de pecados aos cristãos que ainda não tivessem cometido ou pensado em tal ato pecaminoso. Quando se tratava de sexo, eram as questões sexuais as mais trabalhadas nos livros penitencias, as que mais geravam ofensas nos penitenciais, segundo Richards (1993).

Dessa forma, podemos perceber a grande relação da igreja e da fé com a vida íntima das pessoas desde o período medieval e arriscamos dizer até mesmo que existe muito dessa relação presente nos dias de hoje. A relação com o corpo, o seu significado está inteiramente relacionado com a vida cristã, muitas vezes negado e associado a tentações malignas e tido como um instrumento de provações, de dor física, materializada pela fome, o sofrimento, as doenças e no âmbito religioso, como uma porta de provações aos prazeres do pecado.

1.2 Igreja Católica: exercício e controle da sexualidade sobre a comunidade cristã europeia

Neste item abordaremos o exercício e controle da sexualidade sobre a comunidade cristã europeia realizado pela Igreja Católica. Pretendemos refletir e compreender de que forma o catolicismo mantinha o controle da vida íntima das pessoas na sociedade do período medieval, com qual nível de influência e as formas como isso acontecia.

De acordo com Soares e Garcez (2018), com a reforma da Igreja no século XI, o exercício do poder papal aumentou sobre a comunidade cristã, sendo o responsável por legislar, julgar, fiscalizar diversos outros órgãos, como as universidades, reconhece ordens religiosas, cobrar o dízimo, ou seja, quase toda a vida social estava abaixo das determinações da Igreja, inclusive a vida sexual que era também determinada por ela desde casamentos até abstinências. Estava também incluído não só a vida íntima, como as roupas, palavras e atitudes.

Narrativas acolhedoras eram promovidas pela igreja com o objetivo de gerar paz através de um conforto espiritual responsável por facilitar a aceitação das pessoas e sua permanência dentro dos limites da instituição e se portasse de modo que esta pudesse ditar todos o seu modo de vida. Dessa forma, após a acolhida e o fortalecimento de vínculo, vinha a doutrina de comportamento e pensamento (SOARES; GARCEZ, 2018).

A própria forma em que vigorou nas sociedades europeias durante a Idade Média foi de grande ajuda para a manutenção dessa ordem, uma vez que cada um tinha sua função social estabelecida pelo nascimento e, conseqüentemente pela vontade de Deus, as pessoas eram divididas como trabalhadores do campo, nobre ou membro da igreja, sendo assim mais eficaz a tentativa de ditar o modo como cada um deveria seguir sua vida. Algo bem semelhante foi dito também por Hilário Franco Júnior na sua obra:

A idade média: nascimento do ocidente. Controlar as manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos: a consciência através da confissão; a vida sexual através do casamento; o tempo através do calendário litúrgico; o conhecimento através do controle sobre as artes, as festas, o pensamento; a própria vida e a própria morte através dos sacramentos. (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 89).

Na Idade Média, sexo e casamento estavam bem atrelados. Para falar de um, seria necessário aceitar o outro, e fora do casamento, o lugar do sexo era o casamento. Este abria portas para a relação sexual, não de forma autônoma, mas sim, tendo que seguir todos os mandamentos pregados pela igreja católica.

No século XII, observamos que alguns pontos foram colocados pela sociedade como pauta de costumes. Esses temas tratavam da educação sexual, eles abordavam sobre a união heterossexual. No tocante ao matrimônio só poderia ocorrer entre pessoas de sexos opostos. Cabral e Leal (2010, p.575-6) argumentam que: “em hipótese alguma dois homens ou duas mulheres poderiam se unir, já que estes casais nunca poderiam gerar um filho, tendo em vista que o casamento também tinha como objetivo a perpetuação da humanidade e isso eram vistos como graças divinas”. Desse modo:

Na obra “Sexo desvio e danação: as minorias na Idade Média” do historiador francês Jeffrey Richards (1993, p.34) cita que as pessoas deveriam buscar o casamento como estado normal das pessoas, sendo a única forma dele se dissolver seria por meio de um ato pecaminoso: o adultério.

Dentro do contexto medieval, o casamento não esteve presente em todo esse período. Foi a partir do século XIII, que a Igreja Católica decidiu concebê-lo como forma de controlar o sexo, portanto, o sexo passou a ser reprimido, recusado – ou obrigado a recusá-lo – e sufocado dentro do matrimônio, ou seja, era dentro desse ritual sagrado, que o sexo era aceito, mas com restrições bem severas. Dentre elas, a mais comum, era abdicar-se do prazer sexual, algo totalmente inconcebível nos dias de hoje, pois a única utilidade da prática sexual era a da procriação conforme explica Richards (1993).

Segundo Richards (1993), vivia-se um período de efervescência religiosa. Os dogmas da Igreja – o teocentrismo – estava acima de tudo, inclusive do antropocentrismo. A teologia Católica pregava-se uma sociedade coletiva em prol de um único ser divino: Deus. A igreja era a maior instituição detentora de todas as esferas da sociedade, dona de terras e todo conhecimento científico produzido até então, em toda a Europa ocidental. Portanto, era a igreja a maior controladora do sexo e do casamento na Europa do século XV, como expõe Franco Júnior (2001, p.120).

Foi ela a controlar as manifestações mais **íntimas da vida dos indivíduos**: a consciência através da confissão; **a vida sexual** através do casamento; o tempo através do calendário litúrgico; o conhecimento através do controle sobre as artes, as festas, o pensamento; a própria vida e a própria morte através dos sacramentos. Só se nascia verdadeiramente com o batismo, só se tinha o descanso eterno no solo sagrado do cemitério (Franco Júnior, 2001, p.120).

A igreja controlava e alinhava diversos aspectos da vida social, desde áreas comuns como a militar, até práticas mais íntimas como, por exemplo a partir do século XI, era obrigatório a missa aos domingos e na Páscoa, dia que também era proibido o trabalho e até mesmo as práticas sexuais (ÁLVARO, 2022).

Desse modo, se o casamento era forma mais reduzida de controlar o homem e a mulher de seus desejos precípuos da humanidade, era o confessorário o aparelho, o mecanismo e o método de maior acurácia da obtenção da verdade, no controle das relações sexuais. Era preciso vigiar-se e vigiar o outro, na vida cotidiana do casamento e nos pensamentos involuntários, reprimindo os sentimentos e os sonhos, uma vez que sonhar realizando desejos incabíveis também era um pecado e deveria ser confessado, segundo Richards (1993).

Examinai, portanto, diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, a vontade. Examinai, também, com exatidão todos os vossos sentidos,... Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas as vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, até os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento... Enfim, não creiais que nessa matéria tão melindrosa e tão perigosa, exista qualquer coisa de pequeno e de leve (Liguori, apud. Foucault, 1998, p.22)

Para Richards (1993), a confissão também era um método de obter conhecimento em relação ao que os cônjuges faziam nos seus quartos, e fonte de conhecimento para padres, monges e abades uma vez, que eram celibatários que não faziam ideia, a menos que dessa forma, para tirar as informações necessárias sobre o que impor como restrições à intimidade dos casais. Porque renegar aos prazeres da carne é muito mais fácil para quem apenas cria leis, do que a quem as realiza.

Para o filósofo-historiador francês Foucault (1998), na Idade Média a confissão estava entre os mais importantes mecanismos de controle da vida sexual do cristão e o meio mais eficaz de garantir a verdade. Conforme a figura 1 é possível observar um confessorário, representado pela xilogravura de um autor anônimo do século XV.

Imagem 1 - Xilogravura anônima de 1483.



Retratção da importância do confessorário na Idade Média.

Richards, (1993).

Todavia, fora as regras do casamento que aos poucos foram sendo impostas com algum nível de resistência, foram aceitas durante quase toda idade média. O celibatarismo foi criado pela igreja a partir do século XII entre os clérigos. Foi no primeiro e no segundo concílios de Latrão, ao longo do referido século, que se estabeleceu a obrigatoriedade definitiva do celibato aos clérigos católicos romanos. Isso gerou burburinhos, turbulências, controvérsias, uma vez que deveriam abdicar do sexo e do casamento, segundo SCHNEIDER (2012).

Os sacerdotes e parte dos religiosos assumiram o compromisso de levarem uma vida solitária, servindo somente a Deus, como afirma a historiadora Schneider (2012, p. 89). A ideia era estarem livres de qualquer indução, influência e tentação, levando seus conhecimentos e atitudes exemplares de comportamento e dedicação divina, como afirma a historiadora:

A implantação do celibato para os clérigos é um processo bastante lento e que não se dá sem tensões, muito menos sem consequências. Num primeiro momento talvez o casamento receba em muitos discursos uma visão negativa, uma vez que é necessário convencer os padres a não contraírem o matrimônio. Na verdade, os membros do clero não apenas devem abdicar do casamento, mas das relações sexuais de modo geral, o que reforça o discurso misógino (SCHNEIDER, 2012, p. 89).

Considerando as informações encontradas, percebemos que o controle da vida íntima pela Igreja Católica na sociedade medieval, é evidente que a instituição exercia um poder abrangente sobre diversos aspectos da vida das pessoas, incluindo sexualidade, casamento e comportamento. Através da reforma da Igreja no século XI, o poder papal aumentou consideravelmente, resultando em uma legislação, fiscalização e controle rigorosos por parte da Igreja.

1.3 Manutenção da ordem social e moral estabelecida pela Igreja Católica

Por meio da narrativa acolhedora e do fortalecimento dos vínculos com os fiéis, a Igreja buscava estabelecer um domínio sobre suas vidas, ditando seus modos de pensar e agir. A doutrina de comportamento e pensamento era imposta como forma de manter a ordem social e moral estabelecida pela Igreja. Essa estratégia era facilitada pelo sistema de hierarquia social rígida da época, em que cada pessoa tinha uma função social preestabelecida, o que tornava mais eficaz o controle exercido pela Igreja sobre a vida das pessoas.

Conforme contextualizado anteriormente, o catolicismo europeu exerceu um amplo controle sobre a vida íntima das pessoas na sociedade medieval. Por meio de estratégias como a narrativa acolhedora, a doutrina de comportamento e pensamento, a regulamentação do

casamento, a confissão e a imposição do celibato, a instituição buscava manter sua influência sobre os indivíduos, impondo suas normas e limites à sexualidade e ao comportamento. Esse controle era parte essencial da estrutura social e moral da época, consolidando o poder da Igreja e moldando a vida das pessoas.

Muitos aspectos relacionados à sexualidade medieval são mais fruto do imaginário coletivo do que de fatos históricos comprovados. A suposta prática do "direito de pernada" ou "jus primae noctis", que consistia no direito do senhor feudal de desvirginar a noiva plebeia, nunca foi confirmada. O cinto de castidade, frequentemente associado a esse período, na verdade surgiu durante o Renascimento (Domingues, 2018).

Embora a Igreja impusesse normas sexuais aos casais e houvesse proibições, não existia uma uniformidade de costumes e práticas ao longo de todo o milênio medieval. As interpretações teológicas e as regras estabelecidas variavam ao longo do tempo. Houve divergências entre as autoridades eclesiásticas em relação ao sexo e à sexualidade, e certos comportamentos sexuais eram tolerados em determinados períodos e circunstâncias.

De acordo com Domingues (2018), com o passar dos séculos, o prazer sexual foi gradualmente substituído pela ênfase na procriação, restringindo-se as relações sexuais à esfera conjugal e o casamento se tornou um sacramento sagrado. A noção de pecado ampliou-se, fortalecendo o medo do castigo divino e do inferno. As autoridades religiosas passaram a impor regras de conduta, abstinência e proibições. No entanto, essa ingerência na vida humana não impediu que as práticas sexuais continuassem a ocorrer, especialmente longe do escrutínio das autoridades, nos bosques, estábulos, tabernas e até mesmo dentro das igrejas.

Embora a Idade Média tenha adquirido uma reputação de período de repressão sexual, a severidade moral por parte da Igreja e das autoridades civis foi mais intensa, intolerante e punitiva a partir do final do século XV, durante o Renascimento. Foi nessa época que os dogmas mais rigorosos foram estabelecidos, particularmente no Concílio de Trento (1545-1563), que reafirmou os princípios mais inflexíveis do catolicismo (Domingues, 2018).

A centralização política e o aumento das rotas comerciais facilitaram a disseminação das leis, da vigilância religiosa e das punições por todo o território. No mundo católico, a repressão tornou-se ainda mais radical com o estabelecimento da Inquisição, enquanto no meio protestante havia uma obediência estrita às Sagradas Escrituras, resultando em práticas similares ou até mais severas. Dessa forma, o contexto moral que reprimiu a sexualidade, sem concessões, persistiu por centenas de anos, chegando praticamente até o final do século XX.

No livro "O homem medieval", organizado por Jacques Le Goff, a autora Christiane Klapisch-Zuber (1936) aborda o papel da mulher e da família na sociedade medieval. No que

diz respeito à manutenção da ordem social e moral estabelecida pela Igreja Católica, a autora destaca que a Igreja desempenhou um papel importante na regulamentação da conduta familiar e na promoção dos valores morais da época. Klapisch-Zuber destaca que a Igreja Católica exercia um forte controle sobre a vida familiar, influenciando as normas e os valores que regiam as relações da família e dos casamentos.

De acordo com Domingues (2018), através da instituição do casamento, a Igreja buscava regular a sexualidade e estabelecer padrões morais para a sociedade medieval. A autora ressalta que a Igreja promovia a ideia de que o casamento era um sacramento sagrado, uma união abençoada por Deus, e que somente através dele a sexualidade poderia ser expressa de forma legítima. Dessa forma, a instituição matrimonial se tornou um mecanismo de controle social, com a Igreja estabelecendo regras e diretrizes para as relações conjugais.

A mulher desempenhava um papel crucial na manutenção da ordem social e moral estabelecida pela Igreja. Segundo Klapisch-Zuber, a Igreja via a mulher como esposa e mãe, e valorizava sua submissão ao marido e a sua dedicação à família. Através da imposição da obediência feminina e da exaltação da maternidade, a Igreja buscava garantir a estabilidade da instituição familiar e a continuidade da sociedade (Domingues, 2018).

Além disso, a Igreja também exercia influência sobre outros aspectos da vida familiar, como divórcio, herança e adoção. Através das leis canônicas, a instituição religiosa estabelecia diretrizes e normas que determinavam como essas questões deveriam ser tratadas, visando a preservação dos princípios morais e religiosos (Domingues, 2018).

Em resumo, podemos destacar que a Igreja Católica desempenhou um papel significativo na manutenção da ordem social e moral na sociedade medieval, regulamentando a vida familiar, estabelecendo normas relacionadas ao casamento e à sexualidade, estabelecendo normas de convívio através da forte influência que possuía no pensamento religioso da época.

CAPÍTULO II - CASAMENTOS E ADULTÉRIOS NA EUROPA CRISTÃ MEDIEVAL

2.1 Casamentos: “Todos estavam centrados nas relações matrimoniais”

O capítulo trata dos casamentos: dever conjugal, afeto, amor, carícias, violência, entre outras manifestações que eram centradas nas relações matrimoniais. Essas discussões são pertinentes para compreender como era concebido os casamentos na sociedade da Europa cristã entre os séculos XII ao XV.

Para falarmos de sexualidade ou da vida íntima dos casais medievos ou daqueles entre os séculos XII ao XV, é importante reconhecermos os papéis e as relações entre homens e mulheres. No caso das mulheres, elas tinham alguns donos durante sua vida, sendo o primeiro o pai e, quando se casava, passava a pertencer ao marido. O marido tinha direito total sobre a esposa e a sua fortuna, caso a mulher possuísse, e poderia castigá-la quando e da forma que achasse necessário (Soares, Garvez e Silva, 2018).

De acordo com Domingues (2018), no contexto medieval, apenas o sexo conjugal era considerado lícito e não pecaminoso, sendo que a esposa desempenhava o papel exclusivo de receptora e reprodutora. A Igreja permitia apenas a posição sexual conhecida como "missionário", em que o homem estava sobre a mulher. Era esperado que a mulher permanecesse passiva, deixando toda a iniciativa para o homem.

O sexo tinha uma conotação casta e voltada para a procriação. A relação sexual era vista como um ritual de poder e de afirmação da identidade masculina, em que a virilidade era associada à força da penetração e à ejaculação. Santo Agostinho alertava que "é também adúltero o homem que ama sua esposa com ardor excessivo". (Domingues, 2018)

Ainda segundo Domingues (2018), acreditava-se que o excesso de atividade sexual encurtava a vida, esgotava o corpo, diminuía a inteligência e prejudicava a visão. Para evitar cometer excessos, recomendava-se ter relações sexuais à noite, sem completa nudez, no máximo duas vezes por semana, sem provocar a luxúria por meio de gestos, palavras ou atitudes indecentes.

De acordo com Soares, Garvez e Silva (2018), O casamento para a Igreja era até o fim das vidas, e para isso, a escolha devia ser feita o quanto antes. No caso das mulheres, a juventude era um critério diferencial, quanto mais jovem melhor, uma vez que isso diminuiria as chances dela recusar o seu noivo, sendo assim o casamento ainda no início da vida servia como uma

ferramenta de manutenção da instituição. Como o objetivo do casamento era gerar filhos, no caso de mulheres inférteis, elas poderiam ser devolvidas à família.

Na incapacidade de se realizar o casamento por questões financeiras, as moças eram enviadas para se tornarem freiras nos mosteiros. Segundo Franco Júnior (2006), o casamento também poderia ser desfeito desde que não houvesse a conjunção carnal, dessa forma, entende que a união só era concretizada diante da igreja após a relação sexual, sendo esse o único motivo aceito para o divórcio (Soares, Garvez e Silva, 2018).

As restrições dentro da vida íntima do casal eram diversas. O sexo só poderia acontecer para gerar filhos e jamais por questões de prazer, pois era um pecado considerado grave, onde o demônio tentaria o casal, e portanto, a mulher na relação deveria ser passiva, jamais poderia olhar para o cônjuge durante a posição, e para isso havia até mesmo a posição indicada para evitar contato visual, a mulher de bruços. As restrições também seguem com os dias santos.

Domingos, dias santos e da quaresma eram dias em que a prática sexual era proibida. Durante o ano havia, sem contar os dias de menstruação, gravidez, amamentação, abstinência, 180 dias sem sexo durante o período da alta Idade Média. As pessoas que quebrassem estas regras passariam 40 dias em jejum alimentar e sexual, além de penitências. (Cabral; Leal, 2010, p.577-8).

O casamento exigia dos cônjuges uma dedicação admirável, e, além de guardar os dias de santos, havia de se guardar a quaresma. Eram proibidos de manter relação durante a gravidez, na fase de lactação da mulher, ingerir o sêmen do marido em período de menstruação, sexo anal e qualquer outra variante como finalidade precípua para obtenção e satisfação do prazer carnal, individual ou coletiva, conforme Richards (1993).

Assim, havia um discurso que negava o sexo em detrimento de sua valorização, entrando este sempre aconteceu. A abstinência era necessária, havia necessidade de mostrar-se seguro do seu dever com Deus e com os clérigos, a todo tempo deveriam se confessar, seja por um sentimento de culpa, caso tivessem, em algum momento, se desviado ou por imposição da igreja.

Segundo Foucault (1998), o matrimônio era a parte da vida em que mais haviam restrições a seguir e formas de tentar esquivar das tentações ou das punições, conforme vemos a seguir:

Todos estavam centrados nas relações matrimoniais: o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pela qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da quaresma ou das abstinências), sua

frequência ou raridade: era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. A relação matrimonial era o foco mais intenso das constrições; era, sobretudo, dela que se falava; (Foucault, 1998, p. 37).

Schneider (2012) afirma que a confissão não era só como mecanismo de controle, ela era também um ato de se sentir bem com Deus, de agir conforme os mandamentos divinos, e questão de aceitação, porque era um sacrifício a ser feito em prol de uma vida sem exageros, sem prazeres carnis e frivolidades. Dessa maneira, o homem teria que se sacrificar em dobro, já que a mulher, de certo modo, do ponto de vista físico e bíblico, era frágil, não sabia lidar com desejos excessivos e desnecessários, uma vez que era ela mais suscetível ao erro e às tentações.

Falhou na decisão mais importante que teve que tomar, ao comer o fruto proibido, sendo induzida facilmente pela serpente, ainda no jardim do Éden, como afirma Schneider (2012). Entretanto, não era tão fácil assim controlar os instintos humanos, principalmente em algo tão íntimo.

O catolicismo não conseguia conter os instintos animais humano. Mulheres tentadoras iam contra os princípios religiosos e seduziam os homens, que por sua vez não eram pobres tolos enfeitiçados pelas damas, eram também homens com desejos e vontades carnis, naturais de qualquer ser humano (Soares, Garvez e Silva, 2018,).

Para Amaral (2011), os filhos deveriam ser criados e encaminhados para a vida segundo os mandamentos da religião, feitos para servirem a Deus, e assim a igreja se tornava cada vez mais forte e com mais número de adeptos, sendo assim, eram produzidos também para reproduzir e aumentar o poder da igreja. A idade que era estabelecida pela religião católica para o casamento era de 12 anos para meninas e 14 anos para os meninos, e poderia acontecer até mesmo antes disso com o consentimento das famílias, o que poderia abreviar a idade até para 7 anos. A virgindade das mulheres era assegurada a partir dos conventos, onde eram enviadas e ficavam até o dia do casamento (Soares, Garvez e Silva, 2018).

Desde a fundação do mito do jardim do Éden, a mulher saiu prejudicada, sua imagem é degradada, inferiorizada, em relação ao homem, porque ela caiu na tentação dos prazeres ao comer o fruto proibido. Coube então, ao homem ser o seu guia e seu protetor na relação sexual, e impor-se de forma a representar a superioridade masculina nas atitudes e nas posições sexuais Schneider (2012).

Logo, as mulheres eram mais suscetíveis aos erros carnis, e que sua tomada de decisão, trouxe à humanidade punições severas. Para Schneider:

A ideia de inferioridade feminina irá se perpetuar e diferentes discursos serão elaborados para sustentá-los. Estes se basearam não apenas nas histórias bíblicas, mas nas características físicas dos diferentes sexos: a mulher, mais frágil carecendo da força do masculino, necessita da sua proteção. A fraqueza corporal é o testemunho da inferioridade da mulher, e tal não é um tributo casual. (Schneider, 2012, p.85).

Portanto, o casamento era o refúgio orientado para as mulheres que não tinham capacidade de seguir uma vida celibatária, e assegurar aquilo que era uma plenitude da mais alta elevação em vigor no medievo, a virgindade. Uma vez, que não podiam ocupar cargos públicos, ficaria retido ao lar.

As mulheres eram vistas como incompletas por terem sido feitas a partir do homem, e era dever do homem ajudar a mulher a controlar seus desejos, conforme afirma Amaral (2011).

As mulheres deviam ser submissas aos homens por serem extremamente incontroláveis. Seu corpo, totalmente ligado aos prazeres carnis deveria ser contido, e como ela mesma não era capaz de fazê-lo, precisa do homem para lhe pôr o cabresto. À mulher era atribuída toda a culpa do pecado carnal, a ela cabia a culpa pelo desejo que o homem lhe tinha. A esposa deveria ser governada pelo marido (Amaral, 2011, p. 10).

Aos homens, por outro lado, foi difundido uma ideia a partir dos século XIII e XIV, por médicos e filósofos, a ideia de que o esperma do homem devia ser preservado e usado somente para a procriação, pois era extrato do sangue e seu uso desnecessário poderia deixá-lo fraco. Essa exaltação do sêmen colocava a mulher em condição de inferioridade, destinada a ajudar o homem na procriação e evitar carícias instigantes (Soares, Garvez e Silva, 2018).

Havia pelo menos duas formas de enobrecer suas vidas, a virgindade, como forma de resistência, se afastando dos desejos sexuais e a maternidade, como situação perfeita àquelas mulheres que não tinham o devido controle sobre o corpo. O matrimônio era uma forma de enobrecer esse ato, causando ansiedade nas mulheres por esse momento tão aguardado por elas, como afirma Richards (1993).

São Tomás de Aquino (1225-1274) estabelece que até pode haver prazer nas relações sexuais, entretanto, este não devia ser o objetivo, e sim, a procriação, de outra forma, seria considerado um desvio de finalidade do sexo segundo as normas da igreja:

Santo Tomás de Aquino argumentava que deveria existir amor entre marido e mulher baseado no companheirismo, no reconhecimento mútuo de virtudes, criação de uma família e de lar, e no ato sexual, o qual poderia dar prazer, mas somente com propósito de procriação. A ideia foi desenvolvida por São Bernardo de Siena (1380 - 1444), que incitava os maridos a demonstrar grande compaixão e consideração para com suas esposas, amá-las tanto quanto elas tinham sido amadas por suas famílias (Richards, 1993, p.37).

Uma questão relevante nesse debate é a presença do sentimento entre as uniões patrimoniais. O amor não era o principal item que precedia a vontade de casar, uma vez que não dependia somente da vontade da moça. Nesse caso, é suspeito falar de “amor” e de “vontade” numa situação de pleno controle, seja da maior instituição reguladora da vida na Idade Média, a Igreja, ou pela família, cujo interesse estava acima de qualquer sentimento vindo da mulher.

Isso envolvia interesses econômicos, financeiros e sociais, da família nobre e da igreja. No caso das famílias mais pobres, o casamento não tinha o atrativo financeiro e muitos menos sociais, ficando apenas a vontade de companheirismo e sexual de reproduzir, restando apenas o concubinato (Richards, 1993).

A atitude das mulheres em relação ao amor parece ter sido compartilhada tanto pelas classes dominantes quanto pelas inferiores. No século XIV, as mulheres camponesas da aldeia de Montaillou, no sul da França, cujas atitudes foram minuciosamente analisadas por Emanuel Le Roy Laudurie, nunca falaram de amor vinculado a seus sentimentos em relação a seus maridos. Elas parecem ter encarado o amor como algo que existia fora do casamento. (Ibidem, 1993, p.46).

É importante assinalar que as mulheres casavam sempre muito jovens, a faixa etária estava dentro dos 12 a 15 anos de idade, ou seja, sem saber quase nada de sexo e como fazê-lo, cabia à mãe instruí-la para a noite de núpcias. Já os homens, sempre eram mais velhos e experientes. A *Les cent nouvelles nouvelles*, uma coletânea de histórias de Borgonha do século XV, citada por Richards (1993, p.45) mostra relatos dos “temores da primeira noite” das jovens inexperientes e o nervosismo que as cercavam no dia que antecede a noite do momento da consumação. A mulher deveria estar intacta, já quanto ao homem, não se exigia a virgindade.

Huguccio declarou que se deveria exigir virgindade das mulheres, mas não dos homens. Todos eles acreditavam que as mulheres eram mais inclinadas à luxúria e aos acessos sexuais do que os homens. As pessoas em geral, acreditavam de modo semelhante, que era aceitável que os homens não fossem castos, mas as mulheres tinham que sê-lo [...] (Ibidem, 1993, p. 47).

Recém-casados, homem e mulher tinham deveres a cumprir na noite reservada para eles e tão aguardada pelas famílias (talvez até mais que os noivos), que era a consumação no casamento. Detalhe de tamanha importância, que caso não se efetivassem, poderia resultar na anulação do casamento por falta de consumação, gerando um grande desgaste à família da

noiva, mas algo difícil de acontecer, tendo em vista a virilidade e a vontade sedenta de jovens por sexo Richards (1993).

Assim, para Richards (1993) entre meados do século XIII e metade do XV, muitas pessoas buscavam no casamento a relação sexual. Entretanto, havia casos em que as pessoas evitavam procriar por seus motivos. Mesmo sendo contrário à igreja, havia vários meios tidos como contraceptivos e também considerados pecados, um pecado contra a natureza, comenta Richards (1993, p.44). O mais comum era *coitus interruptus*², quando se ejaculava no chão para evitar a fecundação. Alguns tinham a pretensão de evitar o aumento da família em um contexto de extrema pobreza, afirma Richards (1993).

Em suma, no item fizemos abordagem sobre carícias, afeto, amor, violência e várias outras formas de expressões relacionadas às relações conjugais. Essas reflexões não se esgotam de modo que procuraremos dar continuidade ao longo desse texto monográfico.

2.2 Adultério e sexo fora do casamento: práticas consideradas pecados

O item a seguir procura refletir quais as compreensões que a sociedade da época tinha em relação ao sexo fora do casamento. E, por que o adultério era considerado um pecado?

Em uma relação onde o amor não é o principal ingrediente e, por vezes, ausente, a necessidade carnal sobressaía em relação ao outro sentimento, mesmo com total controle da igreja. Nesse caso, o adultério, muitas vezes, estava imbricado no casamento. Assim como o sexo, o adultério também era considerado pecado.

Segundo Richards (1993), os conjugues do casamento deveria dar exemplo, pois a violação do sagrado, a traição, era severamente punida, principalmente no casamento, claro, com o peso bem maior para o sexo feminino, sobre égide da moralidade burguesa.

A tolerância quanto ao adultério cometido pela mulher era bem menor do que para o homem, isso é consumado na influência de São Tomás de Aquino, que declarava que as mulheres deveriam ser severamente punidas pela traição. Richards (1993) mostra o conformismo e tolerância maior com os desvios masculinos.

Em Bruxelas, um aprendiz engravida a filha de seu senhor comerciante e imediatamente parte para retornar à aldeia natal. A menina contou à sua mãe o que havia acontecido, é posta para fora de casa, segue o aprendiz e chega à aldeia dele no dia do seu casamento com outra. Quando a nova esposa faz perguntas ao aprendiz sobre a menina com quem ela o viu conversando, ele

² Coito interrompido

explica o que aconteceu e diz que a menina contou à mãe a seu respeito. A esposa não censura o seu marido, mas descarrega seu desprezo sobre a garota, dizendo que o condutor da carroça já dormiu com ela dúzias de vezes, mas que ela nunca sonharia em contar isso a sua mãe. Ao ouvir isso, o aprendiz furioso abandona a esposa imediatamente e volta com a outra menina. (Richards, **Op.cit.**, 1993, p. 47).

Desse modo, as monarquias no seu processo de formação passaram a influenciar na elaboração e aplicação de leis sobre a influência dos códigos imperiais romanos, com a participação de frades mendicantes, resultando na formação desse sentimento burguês, segundo Jeffrey Richard (1993). Nas cidades, a tolerância com os adúlteros era bem menor, quem cometia violações desse tipo, era brutalmente castigado em público, para coagir e dar exemplos a outros possíveis fornicadores.

Segundo Jeffrey Richards (1993, p.44) quem cometia o adultério no meio urbano era multado, açoitado, e postos no pelourinho, e em algumas cidades do sul da França, eram forçados a correr pelas ruas nuas, enquanto era chicoteado.

Os reis e outros governantes também estavam interessados em evitar que as pessoas tomassem a lei em suas próprias mãos, dada a tendência dos maridos traídos ou família ofendidas a castrar ou assassinar para vingarem a sua honra. A influência da moralidade burguesa pode ser vista na diferença de tratamento dos casais adúlteros da cidade para o campo. (Richards, **Op.cit.**, 1993, p.44)

Dessa forma, deixavam evidente o tamanho da insatisfação da sociedade em relação às violações dentro do matrimônio. No meio rural, a punição seguia a forma de somente de multa, evidenciando uma maior tolerância. Uma forma clara que as pessoas não poderiam fazer o que quisessem com seus corpos, mas sim, que seus corpos pertenciam um ao outro e ambos deveriam satisfazer apenas seu cônjuge, quando as normas da igreja os permitissem, conforme Richards (1993).

A igreja institucionalizou o registro de delitos sexuais. Na Inglaterra, a partir de meados do século XIII, os párocos eram encarregados de comunicar a existência de fornicadores e notórios ao arqui-diácono, que os convocava e os multava e censurava, ou os convencia a casar. Nos casos estudados, a maioria dos registros de tribunais da igreja parece dizer respeito ao adultério e à fornicação (Ibidem, p.44).

A violência e intolerância com a violação do casamento, além da igreja - por ser um pecado - tinha por trás, interesses também dos monarcas e das famílias, a linhagem tinha que ser assegurada na mesma medida que a honra das famílias. Não havia a possibilidade de outro sangue assumir o trono de uma hegemonia que há séculos vinha se mantendo no poder. Eles precisavam de herdeiros com o mesmo sangue do rei, e para não correr risco de quebrarem

acordos e de envergonhar suas famílias havia todo esse cuidado também por parte da igreja, e que isso fosse assegurado no primeiro casamento, como afirma Richards (Ibidem, p. 44).

Isso era em parte uma questão de interesse próprio, pois a aristocracia, a burguesia e os camponeses mais abastados tinham todos interesses de propriedade a considerar, juntamente com a necessidade de alianças e de fusões de famílias e interesses, assim como uma preocupação maior relativamente à adoção do direito de primogenitura e a criação de conjuntos de partilha equânime das heranças haviam causado. Mas embora a indissolubilidade fosse aceita, a discussão da igreja no segundo casamento era amplamente ignorada tanto pela aristocracia quanto pela burguesia, devido ao alto nível de mortalidade e à necessidade de filhos como herdeiros. A aventura sexual fora do casamento punha em perigo os acordos de propriedade e a pureza das linhagens de sangue, como também comprometia a honra das famílias, portanto, havia uma objeção prática ao adultério (Richards, **Op.cit.**,1993, p.44).

Dessa forma, percebemos uma grande atuação de setores nobres da sociedade europeia do século XV e, principalmente, da igreja na manipulação e no controle do casamento nesse período, e em quase toda idade média. O casamento tornou-se campo de retenção e repressão de desejos antes impossível de controlar. Tornou-se um mecanismo de controle juntamente com a confissão. E o adultério colaborou para a violação do sagrado e da moral.

Nesse caso, constatamos um grande engajamento da Igreja no controle das práticas sexuais, determinando dia, hora, lugar, como, onde e com quem as pessoas poderiam se relacionar. Ao analisar a sociedade medieval verifica-se também, que o casamento representava interesse de terceiros e não obrigatoriamente dos envolvidos na cerimônia e que a consumação era ato indispensável na efetivação do casamento. O amor não era um sentimento que precedia o casamento e nem a vontade da moça, mas sim interesses econômicos, religiosos e sociais.

O adultério era considerado um insulto à igreja e à família de nobres, cujo período onde a sacralização e a honra eram o maior grau de satisfação das pessoas. Percebe-se uma grande intolerância ao feminino, por muitas vezes degradado em diversas situações normais da época, baseada no mito da criação, onde a mulher se desviou por atributos inerentes ao sexo feminino, que marcam todo o período medieval.

Tratou-se no capítulo “Sexo no casamento e adultério” como a Igreja Católica monitorava as vidas íntimas de mulheres e homens do período medieval; refletiu-se de que maneira o sexo fora do casamento – adultério – eram considerados pecados; compreendeu-se também que todas às manifestações eram centradas nas relações matrimoniais. No próximo capítulo aprofundar-se-ão as discussões e reflexões sobre sexo, adultério, entre outros assuntos relacionadas ao que se propõe nessa pesquisa monográfica.

Na busca por evitar excessos, as orientações recomendavam práticas moderadas para manter o controle e evitar qualquer comportamento lascivo. Para garantir que a dose fosse apropriada, sugeria-se que as relações fossem realizadas durante a noite, de forma discreta, evitando a nudez completa. A frequência indicada era de duas vezes por semana, não ultrapassando esse limite para evitar o descontrole (Domingues, 2018).

Além disso, aconselhava-se a evitar qualquer gesto, palavra ou atitude impudica que pudesse provocar volúpia ou excitação sexual excessiva. Essas orientações eram baseadas em normas sociais e religiosas prevalentes em certas épocas da história, que buscavam regulamentar e controlar a sexualidade das pessoas de acordo com princípios morais e valores culturais específicos. É importante destacar que essas perspectivas podem variar significativamente em diferentes períodos e culturas, e as atitudes contemporâneas em relação à sexualidade podem ser mais abertas e diversas.

O adultério era considerado um crime essencialmente feminino na Idade Média, pois acreditava-se que o corpo da mulher pertencia exclusivamente ao seu marido. O filósofo e escritor inglês Geoffrey Chaucer (c. 1343-1400) expressou essa visão, afirmando que a adúltera "rouba o seu próprio corpo ao marido para entregá-lo à luxúria, profanando-o, e rouba a sua alma a Cristo para entregá-la ao diabo" (Domingues, 2018).

Ainda segundo Domingues (2018), o adultério era considerado um crime essencialmente feminino na Idade Média, pois acreditava-se que o corpo da mulher pertencia exclusivamente ao seu marido. O filósofo e escritor inglês Geoffrey Chaucer (c. 1343-1400) expressou essa visão, afirmando que a adúltera "rouba o seu próprio corpo ao marido para entregá-lo à luxúria, profanando-o, e rouba a sua alma a Cristo para entregá-la ao diabo".

Mais tolerável era o "amasiamento", isto é, a relação marital sem o casamento formal, situação comum em todos os estratos sociais, incluindo o próprio clero. Havia casos em que o casal subscrevia uma espécie de contrato de convivência diante de um notário. Talvez venha daí a "declaração ou carta de amásia", existente no direito brasileiro, pela qual a mulher declara um relacionamento fixo com o parceiro que se encontra encarcerado e, assim, poder visitá-lo no presídio. É a chamada "união estável", termo que tende a substituir o anterior (Domingues, 2018).

Nas grandes famílias, o concubinato e as aventuras passageiras acompanham o matrimônio, constituindo uma poligamia de fato. Carlos Magno, o rei franco, teve onze esposas e companheiras. Entre os pobres, contudo, a monogamia era a marca. A maior parte dos clérigos seculares vivia em concubinato, quando não eram abertamente casados. As comédias e farsas

medievais ironizam a castidade dos monges, mas não ousam ironizar a virgindade das monjas (Domingues, 2018).

2.3 Prostituição no período medieval

O item abaixo busca discutir de que forma a sociedade medieval entendia sobre a prostituição. A prostituição é uma das ocupações mais antigas da história, mas ao longo do tempo, até os dias atuais, tornou-se uma das profissões marginalizadas.

De acordo com Richards (1993), a prostituição é frequentemente mencionada como uma das profissões mais antigas do mundo, mas, ao longo da história, ela permaneceu à margem da sociedade. Apesar da repressão dirigida às mulheres que exercem essa atividade, é inegável que, na Idade Média, a Igreja enxergava na prostituição uma forma de proteger as jovens cristãs, desviando os homens delas. A Igreja, então, estabeleceu diretrizes que definiam como a prostituição deveria ser encarada, revelando um certo pragmatismo em relação aos impulsos sexuais dos fiéis.

A afirmação de Richards traz à tona uma questão cheia de contradições: a relação da Igreja na Idade Média com a prostituição. De um lado, a prostituição era condenada e as mulheres que a exerciam viviam à margem da sociedade. De outro, a própria Igreja reconhecia que a prática podia ser uma forma de conservar os valores vigentes.

Isso mostra como as mulheres nessa condição eram tratadas mais como instrumentos para um propósito do que como pessoas com direitos ou dignidade, o que reforçava sua exclusão e vulnerabilidade. É um tema que ainda nos faz pensar sobre as raízes da marginalização e do julgamento moral em relação à prostituição e sobre como essas questões se perpetuam até hoje.

Primeiramente é necessário entender como a sociedade medieval via a mulher, como um ser inferior, dependente do homem para viver, como bem apontou Christiane Klapisch-Zuber ao afirmar: 'O homem está no topo, a mulher na base'. Essa ideia reforçava a noção de que a mulher deveria estar sempre disposta a servi-lo. Essa visão foi sustentada pela igreja, que usava a Bíblia para legitimar suas crenças e valores.

Entre as histórias da criação, a primeira, que mostrava homem e mulher criados à semelhança de Deus, foi ofuscada pela segunda versão, onde Eva surge da costela de Adão. Essa escolha interpretativa foi decisiva para consolidar a ideia de que a mulher ocupava um lugar secundário, reforçando sua desvantagem na narrativa religiosa e social (Alves, 2019).

De acordo com Alves (2019), a sociedade medieval era predominantemente masculina, o que fica evidente nos papéis de destaque na vida pública e privada. Todos os registros e

testemunhos que chegaram até nós trazem vozes masculinas. Mesmo quando as mulheres são o tema, suas perspectivas raramente são ouvidas diretamente.

Nesse contexto, o ser humano era dividido em duas categorias: razão e espírito, atribuídos ao homem, e corpo e carne, associados à mulher. A imagem feminina oscilava entre dois extremos: Eva, vista como sedutora e provocadora, e Maria, símbolo de redenção e pureza virginal. Os homens desejavam as mulheres de forma tão intensa que esse desejo se transformava em medo. E qual foi a solução encontrada para lidar com essa 'tentação'? Desprezar justamente aquilo que mais queriam.

De acordo com Alves (2019), a prostituição manifestava-se de diferentes maneiras na época medieval, incluindo o concubinato, sendo particularmente comum entre mulheres que mantinham relações amorosas com clérigos. Isso acontecia porque os clérigos, além de possuírem grande conhecimento em comparação com a maioria da população, também ocupavam posições privilegiadas econômica e socialmente. Essas características os tornavam figuras atraentes, especialmente para mulheres que viviam em situações de vulnerabilidade e viam neles uma possível forma de sustento ou segurança.

A Igreja delineou um conjunto de diretrizes que moldava a percepção da prostituição, e suas ações indicam o grau de realismo que tinha em relação aos desejos sexuais dos seus seguidores. Durante a Idade Média, a prostituição era considerada um mal necessário, porque:

[...] a prostituição era vista como um meio prático de permitir que os jovens de todas as classes afirmassem sua masculinidade e aliviassem suas necessidades sexuais, enquanto evitava, ao mesmo tempo, que se aproximasse de esposas e filhas respeitáveis, desestimulando-os dos estupros em gangues e desencorajando-os em relação à homossexualidade. (Richards, **Op.cit.**, 1993, p.122).

Assim, durante o período medieval, os bordéis foram estabelecidos com recursos das prefeituras, uma vez que não existiam lugares onde os homens pudessem facilmente encontrar as prostitutas. Dessa maneira, esses estabelecimentos ofereciam aos solteiros a oportunidade de satisfazer suas necessidades sexuais.

Richards (1993) descreve um desejo daquela sociedade de criar uma atmosfera moral rígida era evidente em práticas como a sacralização do casamento, a perseguição aos homossexuais e a preocupação com a masturbação. Esses comportamentos eram considerados ameaças à ordem moral e espiritual que a Igreja tentava impor.

Todas podem ser vistas como aspectos de um desejo de criar uma atmosfera moral na sociedade e de regulamentar a conduta sexual da população, particularmente dos jovens. Juntamente com a sacralização do casamento, o aumento da perseguição aos homossexuais e da preocupação da Igreja com a

masturbação, vinha o desejo de canalizar o impulso de fornicação no sentido de um refúgio aceitável- o bordel oficialmente administrado, controlado e inspecionado, cuja mão-de-obra era composta de mulheres estrangeiras e que era mantido fora da vista dos cidadãos respeitáveis. (RICHARDS, 1993, p. 133).

O trecho destaca como o controle da sexualidade era uma ferramenta de poder, usada para moldar comportamentos e reforçar normas sociais, muitas vezes à base de exclusão, hipocrisia e desigualdade. É uma abordagem que ainda ecoa nas tensões entre moralidade e sexualidade em muitas culturas contemporâneas.

As profissionais do sexo enfrentaram rigorosas críticas da sociedade, sendo vistas como impuras. Atualmente, essa profissão continua atrelada à ideia de promiscuidade e é vista como um grande tabu. Na Idade Média, com a ascensão da Igreja Católica, essa prática começou a ser vista como um pecado pelos cristãos. As mulheres que exerciam a prostituição eram obrigadas a destinar uma parte de seus ganhos ao clero, uma norma estabelecida pelo papa Clemente II (1046-1047). Nesse contexto, as prostitutas eram rotuladas como impuras e pecadoras.

Durante o período medieval, os homens eram desencorajados a experimentar prazeres sexuais, e as relações com suas esposas eram unicamente voltadas para a reprodução. Como resultado, muitos buscavam mulheres que pudessem mudar essa realidade, o que fez com que essa profissão se tornasse ainda mais comum, apesar de ser considerada inadequada.

A pesquisadora Cícera Müller (2017) argumenta que a sociedade cristã aceitava os serviços sexuais dessas mulheres, mas não as consideravam integrantes da comunidade. Na figura abaixo podemos visualizar as imagens das prostitutas:

Imagem 1: Prostitutas na Idade Média



Fonte: Obra representando a prostituição em uma cidade medieval - Wikimedia Commons³

De acordo com Freire e Lima (2016) , buscando uma solução para atender à satisfação sexual dos homens e diminuir os riscos associados à homossexualidade, especialmente com o crescimento das cidades e o aumento da prostituição, surgiu a necessidade de regulamentar a atividade das prostitutas, as autoridades tentaram regulamentar a prostituição devido à preocupação com epidemias e escândalos próximos às igrejas. Para isso, estabeleceram bordéis afastados de áreas residenciais, igrejas e outros lugares frequentados por pessoas consideradas "decentes", buscando assim separar a prática de prostituição dos espaços tidos como moralmente corretos pela sociedade da época.

A criação desses espaços permitiu ao Estado exercer um maior controle sobre as pessoas envolvidas na prostituição, aumentando o desejo da monarquia em regulamentar a prática. Assim, esses locais, supervisionados pelas autoridades, garantiam uma certa ordem e proporcionavam a satisfação sexual dentro de limites aceitos pela sociedade.

Além de estabelecer os bordéis, a segregação desses indivíduos foi reforçada com a criação de ruas exclusivas para as prostitutas, além de uma vestimenta específica que as identificava claramente como pertencentes a essa profissão. Essa regulamentação não só separava as prostitutas da sociedade em geral, mas também as marcava, tornando evidente sua posição marginalizada (Nogueira e Araújo, 2016).

Richards (1993) também cita o afastamento das prostitutas, ao serem colocadas em um espaço específico, teve o duplo objetivo de separá-las dos demais cidadãos e de exercer controle sobre elas. Essa segregação visava não apenas manter a ordem na cidade, mas também monitorar e regulamentar a prática da prostituição, tratando essas mulheres de maneira isolada e controlada dentro de um sistema rígido.

O objetivo era criar centros ordeiros e eficientes para a satisfação sexual que, na medida do possível, não ofendessem a decência pública. Isso se tornou o objetivo tanto da coroa quanto das autoridades municipais. Inicialmente centrava-se numa política de manter as prostitutas fora das muralhas da cidade, confinadas em zonas de "luz vermelha" conhecidas. (RICHARDS, 1993:125).

A partir da citação de Richards podemos perceber a preocupação não era tanto com a moralidade da prática, mas com a manutenção de uma aparência de ordem e respeito às convenções sociais da época. Tanto a coroa quanto as autoridades municipais compartilhavam esse objetivo, o que demonstra como a prostituição foi tratada não como um crime a ser

³ Fonte: Gearini (2010).

erradicado, mas como uma questão a ser gerida de forma a não impactar negativamente a visão da sociedade sobre a "decência".

Além das restrições quanto aos locais, havia também a questão das roupas que as prostitutas deveriam usar. Isso revela como as vestimentas eram usadas para marcar e determinar a posição social dos indivíduos. As proibições e os detalhes das roupas variavam de acordo com o local, e, em alguns lugares, eram exigidos acessórios específicos como lenços, chapéus, mangas de cores diferentes ou a cor da capa.

Em Milão, a capa era branca, em Bergamo, amarela, em Marselha, uma túnica listrada, e em Bristol, um capuz listrado. Essa diferenciação de vestuário servia como uma forma de distinguir as prostitutas das demais mulheres da sociedade, reforçando sua posição marginalizada e tornando visível seu status social (Freire e Lima, 2016).

A maioria das prostitutas não trabalhava na cidade onde nasceu e, geralmente, não permanecia muito tempo em um único local. Essa constante mudança acabava promovendo uma renovação nos bordéis, o que ajudava a atrair novos clientes, sempre em busca de novidades. Nos bordéis, havia funcionários responsáveis por registrar as mulheres consideradas de má reputação e conduzi-las até esses locais.

Caso resistissem, eram forçadas a ir. Esses funcionários também tinham a tarefa de identificar as mulheres diagnosticadas com lepra, que, uma vez descobertas, eram expulsas da cidade. Assim, além de exercerem controle, acabavam reforçando práticas de exclusão e segregação (Alves, 2017).

Fica evidente que a questão da prostituição era profundamente complexa, indo muito além de um simples tabu. Tratava-se de uma política estratégica voltada para a preservação de determinados valores morais, influenciada por agentes sociais poderosos, como a Igreja, que estabelecia normas absorvidas pela sociedade. Essas normas se refletiam em outras instituições, como prefeituras e administrações municipais, que participavam ativamente no planejamento e na definição dos locais onde os bordéis seriam instalados, bem como nas condições para seu funcionamento.

CAPÍTULO III - ZOOFILIA NA IDADE MÉDIA

3.1 Reflexões sobre a homossexualidade na Idade Média

A homossexualidade⁴ tem sido historicamente uma questão controversa em muitas partes do mundo, incluindo a Europa. Entre os séculos XII ao XV, a homossexualidade era considerada um crime em muitos países europeus e era punida com a morte em alguns lugares.

No entanto, os registros históricos indicam que a homossexualidade era mais aceita em algumas partes da Europa do que em outras. Por exemplo, em algumas sociedades, como a Grécia Antiga, a homossexualidade era amplamente aceita e até mesmo celebrada.

Durante o período medieval, a homossexualidade era considerada um pecado grave pela Igreja Católica Romana e era frequentemente punida com a morte. Isso levou muitos indivíduos a manter sua sexualidade em segredo ou a se envolver em relações discretas, como exemplo, o livro “O Decameron” – é uma coleção de cem contos escritos por Giovanni Boccaccio (1313-1375) entre 1348 e 1353 – considerada uma das obras mais importantes da literatura italiana e mundial. Na obra, há vários contos que abordam temas homoeróticos e bissexuais.

Esses e outros contos em “O Decameron” retratam relacionamentos homoeróticos e bissexuais de maneira realista e sensível, o que é notável para uma obra escrita no século XIV, em uma época em que a homossexualidade era amplamente condenada pela sociedade. Dessa forma podemos entender que muitas imposições da igreja não foram bem aceitas, dentre elas a restrição do sexo apenas para opostos. Relações homossexuais, diante da impossibilidade de procriação eram consideradas pecaminosas assim como as relações com animais, entretanto, ambas eram muito comuns na época.

Como dito anteriormente, Michel Foucault discute a homossexualidade na Idade Média em sua obra “História da Sexualidade”, Volume I: A Vontade de Saber”. Foucault argumenta que a homossexualidade era vista de maneira diferente na Idade Média em comparação com a modernidade. Na Idade Média, a homossexualidade era considerada um ato pecaminoso, mas não era vista como uma identidade fixa ou uma condição que definia o indivíduo como um todo. Em vez disso, a homossexualidade era vista como uma ação, um comportamento que

⁴ “Michael Camille menciona, em várias das suas obras, o quão ‘problemático’ é o uso de palavras como ‘homossexualidade’ para descrever certas. Durante este período, a única “sexualidade” permitida era a heterossexual (palavra que igualmente não existia durante a época medieval) e de acordo com os padrões cristãos, deveria consistir única e exclusivamente no ato de procriação entre um homem e uma mulher após o casamento (Camille, Apud. Mestre, 2024, p. 18).

podia ser cometido por qualquer pessoa, independentemente de sua orientação sexual (Foucault, 1978).

Ainda sobre Foucault (2014), a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na construção da visão medieval da homossexualidade. A Igreja via a homossexualidade como um pecado contra a natureza e tentou reprimir esses comportamentos por meio da confissão, da penitência e, em alguns casos, da punição.

No entanto, Foucault argumenta que, mesmo na Idade Média, a homossexualidade não era tão marginalizada como se poderia pensar. Ele aponta para a existência de uma cultura homossexual na qual as relações entre pessoas do mesmo sexo eram mais aceitas e praticadas em alguns círculos sociais, como nas cortes aristocráticas.

Na Idade Média, a sodomia não era definida em termos de uma 'natureza' particular de indivíduos, nem por uma tendência ou preferência sexual. Era definida como um tipo particular de relação, uma certa maneira de se comportar com relação a outro corpo, outro sexo, outra pessoa, uma relação que, entre outras, podia ser incluída em uma vasta categoria de atos que a Igreja considerava impuros e que era associada a uma série de transgressões simbólicas (Foucault, 2014, p. 43).

Nesta citação, Foucault destaca que a sodomia (termo usado na época para descrever a homossexualidade) não era vista como uma orientação sexual ou uma identidade fixa, mas sim como um tipo específico de comportamento ou ação que poderia ser cometido por qualquer pessoa, independente da orientação sexual. Ele também destaca que a Igreja considerava a sodomia um pecado impuro e a associava a outras transgressões simbólicas.

Em resumo, Foucault argumenta que a homossexualidade na Idade Média era vista de maneira diferente do que é vista hoje em dia, e que a Igreja Católica teve um papel importante na construção da visão medieval da homossexualidade (Ibidem).

Segundo Rocha (2010), para além do século XV, se estendendo aos primeiros séculos do Humanismo e do Renascimento, também podemos encontrar registros de uma homossexualidade ou uma erotização masculina presente em algumas obras literárias de alguns grandes escritores, como William Shakespeare, um dos grandes nomes por trás de clássicos que se eternizaram na literatura e no teatro, dentro das obras, autores e críticos identificam um fenômeno chamado de homoerotização.

Rocha (2010) analisa algumas das peças de teatro e sonetos de Shakespeare (1564-1616), buscando identificar elementos homoeróticos presentes na sua obra. Ele discute, por exemplo, a relação entre os personagens de Antonio e Bassânio em "O Mercador de Veneza", o amor entre os personagens de Viola e Olivia em "Noite de Reis", e a natureza ambígua do

narrador dos sonetos de Shakespeare. Além disso, o autor contextualiza a obra de Shakespeare dentro do debate sobre a homoerotização na literatura renascentista inglesa, apresentando também algumas considerações sobre a história da homossexualidade.

No artigo além das análises das peças de teatro e sonetos de Shakespeare, Rocha (2010) também aborda a homoerotização em outras obras renascentistas inglesas, estabelecendo relações entre elas e a obra de Shakespeare. Ele destaca, por exemplo, a importância da figura do "belo jovem" na poesia homoerótica da época, discutindo sua presença nos sonetos de Shakespeare. Além disso, o autor faz algumas considerações sobre o papel da censura na época, especialmente em relação aos temas homoeróticos, e como isso pode ter influenciado a forma como Shakespeare abordou a temática em sua obra.

Podemos entender que a presença do homoerotismo na obra de Shakespeare indica que a homoafetividade era uma realidade presente na sociedade inglesa do século XVI, embora muitas vezes fosse reprimida ou condenada pela moral dominante da época. A presença desses temas na obra de Shakespeare sugere que a homoafetividade não era algo desconhecido ou marginal, mas sim uma dimensão da vida social e cultural que, embora muitas vezes reprimida, não podia ser ignorada ou negada. Isso pode indicar que a sociedade daquela época não era homogênea em suas crenças e valores, mas sim diversa e plural, com espaços de contestação e subversão em relação à moralidade dominante.

Retornando a Idade Média, em "Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios", Georges Duby dedica um capítulo inteiro às relações homossexuais na Idade Média. Para ele, a homossexualidade teve uma considerável importância para a sociedade medieval, entretanto com características que variavam de acordo com tempo e lugar. Em algumas particularidades, chegou a ser aceita como símbolo de lealdade e companheirismo, em outra grande parte, considerada uma ameaça para a ordem social e moral.

Duby também discute as várias maneiras pelas quais a homossexualidade masculina era expressa na Idade Média, incluindo através da literatura, da arte e da própria prática sexual. No entanto, ele enfatiza que as atitudes em relação à homossexualidade eram complexas e muitas vezes contraditórias, variando de acordo com fatores sociais, culturais e religiosos (Duby, 1986).

Duby (1986) discute como a igreja medieval considerava a homossexualidade um pecado mortal, mas também reconhecia que era uma prática comum entre os homens. Além disso, ele argumenta que, embora as relações sexuais entre homens fossem condenadas pela igreja e pela sociedade, muitos nobres da época praticavam o amor platônico e a amizade entre

homens, o que às vezes era expresso por meio de presentes, elogios e demonstrações de lealdade.

3.2 A zoofilia na Idade Média

Durante a Idade Média a Igreja Católica começou a perseguir e condenar a bestialidade⁵ e a zoofilia⁶, ou seja, a existência da relação sexual entre homens e animais. Isso era algo muito natural durante o medievo. Efetivamente os religiosos viam isso como uma atitude não humana e irracional. Uma verdadeira violência ao animal que não fora criado para essa finalidade. Isso seria contra a sua natureza e a ordem divina.

Essa prática sexual em que um ser humano mantém relações sexuais com um animal, é considerada uma forma de abuso e crueldade com os animais, bem como uma violação da moralidade e dos costumes em muitas sociedades. A bestialidade é ilegal em muitos países, incluindo o Brasil, e pode resultar em punições criminais graves, além de ser amplamente condenada por organizações de defesa dos animais e grupos de direitos humanos.

Muitos medievalistas têm abordado a questão da bestialidade na Idade Média em seus estudos, já que essa prática foi documentada em vários textos e ilustrações medievais. Um dos principais estudiosos desse tema é o historiador Michael Camille (1958-2002), autor do livro “A arte medieval do amor: objetos e sujeitos do desejo”, que examina a representação da sexualidade e da obscenidade na arte medieval, incluindo a bestialidade. Entretanto, devido a dificuldade de encontrar a obra em português, não nos debruçamos sobre ela.

Com as fontes que tivemos disponíveis, encontramos algumas informações sobre o tema em Foucault (2014), que aborda a questão da bestialidade. explora a forma como a sexualidade foi concebida e regulada ao longo da história, desde a Grécia Antiga até os tempos modernos. Ele argumenta que a bestialidade era vista como uma forma de transgressão sexual na Idade Média, assim como outras práticas sexuais consideradas "perversas" ou "desviantes".

A bestialidade era vista como um crime grave na época, e que muitas vezes era punida com a pena de morte. Ele sugere que a proibição da bestialidade era parte de um esforço mais amplo para controlar e disciplinar a sexualidade humana, e que a categoria de "perversão" foi

⁵ “[...] no Cristianismo existe a noção de bestialidade, qualificação referente ao comportamento animalesco, o comportamento com brutalidade e ignorância, como aquele praticado em contrariedade aos valores civilizatórios” (Assis, 2018).

⁶ “O abuso sexual de animais não humanos possui em suas terminologias tão variada quanto os próprios atos praticados. chama-se popularmente de zoofilia, sendo o termo mais utilizados, porém também chamado por outros autores de zoofilismo, zooerastia, bestialidade e bestiossexualidade” (Barros, 2022, p.18).

criada para distinguir as práticas sexuais "normais" das práticas consideradas desviantes ou patológicas (Foucault, 2014).

Duby também menciona a prática em algumas ocasiões. Por exemplo, ele observa que a bestialidade era vista como um crime hediondo na época, e que a punição para essa prática incluía a castração e até mesmo a execução. O autor aponta que: “a sexualidade do homem, a libido do espírito, só encontrava satisfação no leito matrimonial. A luxúria, o erotismo, o desejo insaciável de prazer, tudo aquilo que representava a animalidade, a bestialidade, perturbava a ordem das almas e do mundo” (Duby, 1978, p. 115). Desse modo, ressalta:

Um erotismo inteiramente particular se desenvolve na Idade Média: o erotismo animalizado. Os manuais dos confessores atestam o esforço desses fantasmas e dessas práticas que unem os animais entre si ou ainda - metaforicamente, fora mesmo dos casos denunciados de bestialidade verdadeira - os homens aos animais, uniões que a Igreja condena, persegue e pune (Le Goff; Truong, 2006, p.98).

Além disso, Duby discute como a sexualidade era concebida e regulada na Idade Média, destacando a importância do casamento e da procriação para a ordem social. Ele argumenta que a sexualidade era vista como uma questão fundamental para a manutenção da ordem e da estabilidade social, e que a bestialidade era vista como uma ameaça à essa ordem, já que a prática desviava o ser humano de sua natureza racional e o aproximava do mundo animal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre "Sexualidades Na Europa Cristã entre os séculos XII Ao XV", discutimos as práticas sexuais e o controle exercido pela Igreja Católica, os conceitos de casamento e adultério na sociedade medieval e a percepção da homossexualidade na época. Tratamos da zoofilia, o que não foi possível tratar com profundidade devido a dificuldade de encontrar fontes que tratem sobre o tema no recorte escolhido.

Ao longo desta pesquisa, foram abordados aspectos importantes que contribuíram para uma compreensão mais profunda do contexto histórico e das influências religiosas e culturais na Europa Cristã entre os séculos XII ao XV.

Foi possível analisarmos como a Igreja Católica desempenhava um papel fundamental no controle das "manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos". Ficou evidente que a igreja buscava regulamentar e direcionar as práticas sexuais dos fiéis, impondo normas e penitências para manter um certo nível de controle sobre a moralidade e a conduta sexual.

Buscamos investigar a importância central dos casamentos na sociedade medieval e como as relações matrimoniais eram o núcleo das interações sociais e familiares, onde observamos que o casamento era uma instituição estruturada com regras rígidas, sendo considerado um compromisso sagrado e uma base fundamental para a vida social. O adultério e o sexo fora do casamento eram práticas consideradas pecaminosas, com consequências graves para os envolvidos.

No que encontramos sobre a abordagem da homossexualidade e da bestialidade na Europa Cristã medieval, pudemos perceber que essas práticas eram amplamente condenadas pela sociedade e pela Igreja Católica. A homossexualidade era vista como uma transgressão moral e religiosa, e as punições variavam desde penitências até ações legais mais severas. Da mesma forma, a bestialidade era considerada uma violação das normas sociais e religiosas, enfrentando repúdio e sanções.

Ao refletir sobre esses temas, é importante reconhecer que nossa análise está enraizada nas perspectivas e crenças da Europa Cristã do século XV. É fundamental considerar a evolução histórica dessas questões e as mudanças nas atitudes e compreensão contemporâneas. Com esse estudo, buscamos contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais, religiosas e culturais da Europa Cristã medieval, fornecendo mais uma pesquisa sobre o controle exercido pela Igreja

Católica sobre as práticas sexuais, a importância do casamento como instituição e as atitudes em relação à homossexualidade e bestialidade.

No entanto, ainda há espaço para pesquisas futuras, explorando diferentes perspectivas e aprofundando o entendimento desses temas complexos. Espera-se que esta pesquisa incentive debates contemporâneos sobre sexualidade e moralidade, destacando a importância de contextualizar e revisar nossas percepções atuais com base em conhecimentos históricos sólidos. Além disso, reconhecemos as limitações deste estudo, como a disponibilidade de fontes históricas em português

Ao concluir, este trabalho pretende oferecer uma visão abrangente e introdutória das práticas sexuais, casamentos, adultérios e homossexualidades na Europa Cristã do século XV, com a intenção de estimular novas pesquisas e contribuir para o enriquecimento do conhecimento histórico e cultural.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALVES, Joana Catarina Machado – As Mulheres que fazem do seu corpo sua vontade: a prostituição na Idade Média. In **Omni Tempore**: atas dos Encontros da Primavera 2018. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 33-70.

AMARAL, Jéssica Fortunata do. **O Casamento na Idade Média**: a concepção de matrimônio no Livro da Intenção (c. 1283) e nos exempla do Livro das Maravilhas (1288-1289) do filósofo Ramon Llull, 2011. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_media/PDF/casamento_i_media.pdf>. Acesso em: 20/03/2024.

ASSIS, Thiago Brega de. **HUMANIDADE X BESTIALIDADE: ABUSO SEXUAL**. In: Empório do Direito. Disponível em: <<https://emporiiodireito.com.br/leitura/humanidade-x-bestialidade-abuso-sexual>>, publicado em 20/05/2018. Acesso em: 20/03/2024.

BARROS, Karolyne Malcher de. **ZOOFILIA: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PERCEPÇÃO SOCIAL**. Monografia (Graduação em Medicina Veterinária), Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA) da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra). Belém/Pará, 2022.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decameron**. Porto Alegre: L&Pm Editores, 2013. 688.

DUBY, Georges. **O Cavaleiro, a Mulher e o Padre: O Matrimônio na França Medieval**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

_____. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. **TEMPO DAS CATEDRAIS: a arte e a sociedade, 980-1420**. Imprensa Universitária, Lisboa-PT: Editorial Estampa, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Volume I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

_____. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

_____. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. - São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. – 2ª. Ed. rev. e ampl. - São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREIRE, Larissa Nogueira; LIMA, Yanka Araújo. Prostituição na Idade Média. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA DO CEARÁ - ANPUH 2016**, 15., 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Anpuh, 2016. p. 1-9. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-28981-30012017-103221.pdf>. Acesso em: 10/04/2024.

FREITAS MÜLLER, Cícera Leyllyany Fernandes de Lira. A aceitação da prostituta na sociedade medieval cristã no século XIII através da análise da Suma Teológica de Tomás de Aquino. In: **VI congresso internacional UFES/Paris-Est**, 2017, Vitória-Es. VI Congresso internacional UFES/Paris-Est: Culturas políticas e conflitos sociais. Vitória-Es: Periódicos da UFES, 2017. p. 169-186.

GEARINI, Victória. "Impuras": A prostituição na Idade Média. In: **Aventuras na História**, Publicado em 10/04/2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/vitrine/historia-impuras-pecadoras-saga-prostitutas-idade-media.phtml>>. Acesso em: 02/04/2024

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução Marcos Flamínio Peres. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARÃES, M. A. A Bíblia Como Literatura: Virgindade E Violação Feminina.. Revista Espirale. 2019 <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1631>

MESTRE, Ana Beatriz Fernandes. **SAGRADO PROFANO**: Imagens eróticas em manuscritos medievais de cariz religioso. Dissertação (Mestre em História da Arte e do Património), Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras, Lisboa-PT, 2023. Disponível em: < https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/61466/1/ulflabfmestre_tm.pdf>. Acesso em: 22/03/2024.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Tradução: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ROCHA, João Cezar de Castro. O homoerotismo na poesia de William Shakespeare. Arquivo Maaravi: **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, v. 4, n. 7, p. 99-118, 2010. Disponível em: <<https://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/arquivomaaravi/article/view/4596/3724>>. Acesso em: 22/03/2024.

SANTO, Valdeci da Silva. **A LUTA CRISTÃ PELA FIDELIDADE CONJUGAL: UM MATRIMÔNIO DIGNO EM UMA SOCIEDADE ADÚLTERA**. Disponível em: <<https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2018/11/1-A-luta-crist%C3%A3-pela-fidelidade-conjugal-um-matrim%C3%B4nio-digno-em-uma-sociedade-ad%C3%BAltera-por-Valdeci-da-Silva-Santos.pdf>>. Acesso em: 10/04/2024.

SOARES, Leonardo Melim, GARCEZ. **SOCIEDADE E COTIDIANO NA IDADE MÉDIA CENTRAL (IX – XII). 2018**. Disponível em: <<https://servicos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/1913/3/SOCIEDADE%20E%20COTIDIANO%20NA%20IDADE%20M%C3%89DIA%20CENTRAL%20-%20LEONARDOMELIN%20SOARES%20E%20TAMIRIS%20FARIAS%20GARCEZ.pdf>>. Acesso em: 10/04/2024.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DOMINGUES, Joelza Ester. *Os pecados da carne: sexo e sexualidade na Idade Média*. Ensinar História, 10 set. 2018. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/pecados-da-carne-sexo-sexualidade-idade-media/>. Acesso em: 2 abr. 2025.